

entanto a simpatia [...]. São livros deliberada e desagradavelmente conformistas” (SCHWARZ, 1988, p. 63). O fato é que muito já se ouviu falar - bem e mal - das referidas produções iniciais. Quando comparadas tanto aos “livros da meia-idade do autor” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 31), bem como aos seus “romances de maturidade” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 31), fala-se que aquelas deixaram a desejar. Tinha-se, então, uma promessa de desabrochamento do escritor:

enfim, a despeito de sua inteligência e do engenho, que não vamos esquecer, são quatro romances enjoativos e abafados, como o exigem os mitos do casamento, da pureza, do pai, da tradição, da família, a cuja autoridade respeitosamente se submetem. [...] um dos sinais da segunda e grande fase no romance de Machado será a reintegração abundante do temário liberal da nova civilização material [...] (SCHWARZ, 1988, p. 66).

Sendo assim, **Memórias Póstumas de Brás Cubas** (1881), **Quincas Borba** (1892) e **Dom Casmurro** (1899) figuram no segundo plano e, por último, dentre outros, estão os livros **Esaú e Jacó** (1904) e **Memorial de Aires** (1908). Tem-se uma ruptura com a antiga tradição literária. Ele publicara agora obras e crônicas de excelência. Enxerga-se nos livros da meia-idade do autor o afastamento do “texto carola e bem comportado para atirar-se com ímpeto em criações ímpias e sarcásticas” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 49). A loucura passa a ser tida como sua matéria-prima.

Um tanto quanto “impiedoso, faz da crítica o fio-condutor na tessitura de sua obra” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 49). Além disso, “o narrador passa a dirigir-se diretamente ao leitor, em uma evocação que se tornou uma marca do autor [...]” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 50) surgindo, assim, algo totalmente novo. Longe de imitar quaisquer escritores, Machado procura desmascarar, sem ofensas diretas, um legado de falsidades dentre os cidadãos de sua época.

Por outro lado, os temas a que ele se refere são considerados universais, ou seja, problemáticas existentes tanto no Brasil quanto em qualquer outro lugar do mundo. Realidades tais como o casamento por interesse, o adultério figurando nos relacionamentos, a questão do amor, o desequilíbrio de classes sociais, assim como na obra do escritor, ultrapassam as fronteiras e, também quando escritas, podem ser entendidas por pessoas de todos os lugares.

A marca de um dado pessimismo é recorrente nas obras de Machado. O autor pretende retratar uma sociedade hipócrita, cerceada de farsas. Isso acaba acontecendo pela “voz” de seus personagens, que satirizam as classes abastadas do Rio de Janeiro, logicamente podendo ser estendidas a outras realidades sociais. Assim, fala-se na

natureza oculta das relações humanas sendo desvendada pelos olhos de um autor sem comparações.

Também as histórias de políticos ocupam espaço na escrita machadiana. Existem crônicas com sujeitos parlamentares, reflexo de uma participação engajada do escritor, mas não necessariamente premeditada. A política, apesar de ser retratada, não levava tanto crédito por parte dele. Isso, levando-se em consideração que o ser escritor já é um ser político por si só. De qualquer forma,

a veia crítica nunca o abandonou: nas crônicas da maturidade, é comum entrarem deputados, senadores e toda casta de homens públicos como figuras caricatas. E nada raras seriam as suas referências às eleições do Império e da República, ora fraudulentas, ora violentas. [...] A crônica requer curiosidade pelo que aconteceu ontem, lembra-se hoje e talvez se esqueça amanhã, o que é própria condição do efêmero. O cronista Machado tem consciência do caráter fugaz das coisas e dos indivíduos, levando às vezes ao extremo o esvaziamento da História, que corresponde à vertigem do tempo (BOSI, 2002, p. 85).

Enquanto as crônicas de 1878 não abordam com prioridade o tema da política, destaca-se que entre os anos de 1881 até 1897, foram publicadas na **Gazeta de Notícias** aquelas tidas como melhores de Machado de Assis. A sociedade descrita por ele é dura e impiedosa com o homem negro e, “por detrás da liberdade de composição literária desses textos, encontramos a visão de mundo de um cronista profundamente crítico” (GRANJA, 2009, p. 75). Sendo assim, não ocupa muito espaço no cotidiano urbano aquele que não possui influência política.

Machado denuncia, então, a farsa de uma suposta democracia. A marca do ciúme em diversas obras refere-se a outro aspecto que merece destaque. No que diz respeito aos enunciados pautados pelo viés irônico, surgem inúmeras possibilidades interpretativas do discurso: “o olho crítico do escritor penetra o seu objeto e o transcende” (BOSI, 2007, p.49). Acrescenta-se que:

a configuração local – no caso, a estreita esfera de burguesia fluminense – não teria sido representada como foi, com os seus limites e mazelas, se o olhar que a intuiu não houvesse sido trabalhado por valores que diferiam, em mais de um aspecto, dos reinantes naquele pequeno mundo observado. O olhar que só reflete é espelho, mas o olhar que sonda e perscruta é foco de luz. O olhar não decalca passivamente, mas escolhe, recorta e julga as figuras da cena social mediante critérios que são culturais e morais, saturados, portanto de memória e pensamento (BOSI, 2007, p.49).

Também se deve frisar que as temáticas em geral apresentadas são retomadas em momentos distintos de suas produções literárias. Dessa forma, são razoavelmente poucos os temas trabalhados, porém sua articulação fica cada vez mais apurada, assim

como sua genialidade. Não se trata, portanto, de uma possível ausência de criatividade do escritor, mas sim de “uma autoconsciência literária exuberante” (CEZAR & MARTELINI, 2008, p. 1869), ou seja, justamente o contrário.

A intenção parecia ser a construção de assuntos tratados com exatidão de diversos ângulos ou, simplesmente, por gosto do escritor e o trabalho com suas possíveis preferências: “a sátira parece apenas local, porque os fatos o são, mas a perspectiva é abrangente, o que alivia a carga de derrisão nacional e generaliza o ceticismo do julgamento” (BOSI, 2002, p. 87), assim, a crítica se estende as demais localidades e seguimentos.

O ato constante de dialogar com o receptor de sua escrita é considerado quase que uma obsessão por parte deste autor. Tem-se, então, a presença de uma linguagem direta com a existência frequente de diálogos. Além disso, nota-se uma conversa do narrador com seu leitor apresentando sempre as peculiaridades de seus personagens, forçando-o a tirar suas conclusões sobre eles.

Também por isso os leitores machadianos são acompanhados de um riso disfarçado, conhecido como *humor inglês*. Possibilitado por uma leitura atenciosa que vai a busca daquilo expresso nas entrelinhas. Em certos momentos, o público chega a apresentar determinada irritação, fruto da estranheza de um narrador aparentemente arrogante, como é o caso de Brás Cubas - do qual será falado adiante – que acaba por apresentar características do posterior realismo mágico.

Assim, os bacharéis em Direito voltam “a povoar os rincões machadianos. Brás Cubas, narrador morto de suas próprias memórias, forma-se em Coimbra” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 50). O capítulo XX de **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, intitulado *Bacharelo-me*, é exemplificação disso. Inicialmente, o protagonista e narrador do romance enxerga a possibilidade de um futuro produtivo, mas rapidamente deixa claro sua sinceridade ao leitor:

a Universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocrementemente, e nem por isso perdi o grau de bacharel; deram-mo com a solenidade do estilo, após os anos da lei; uma bela festa que me encheu de orgulho e de saudades – principalmente de saudades. [...] era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante [...]. No dia em que a Universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigado no cérebro, confesso que me achei de algum modo logrado, ainda que orgulhoso (ASSIS, 2011, p. 98).

Por último, Machado caminha para uma fase mais experiente com os romances da maturidade. Nesse ponto, faz-se possível “divisar um terceiro período bem

delimitado de seus romances: depois dos quatro primeiros livros da pífia fase inicial, passando pelas três obras-primas da segunda fase, produz o velho Machado, o Machadão, duas obras finais: *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 65) e de grande importância.

Em se tratando do romance, acredita-se, indubitavelmente, que ele permita um conhecimento mais aprofundado da realidade, além de ser multiforme. Não se pode deixar de pontuar que a complexidade está presente na sua história. Vale destacar que “no século XIX, o público do romance alarga-se ao mesmo tempo que a instrução penetra meios sociais até aí afastados da cultura, que a invenção das máquinas rotativas de impressão permite as grandes tiragens e reduz o custo dos livros” (BOURNEUF & OUELLET, 1976, p. 10). Também, neste momento histórico, nasce o conhecido romance-folhetim.

No que diz respeito às distinções de Machado de Assis contista, uma vez mais, ressaltam-se a presença de duas fases. Como exemplificação, as obras **Contos Fluminenses** (1870), assim como **História da Meia Noite** (1873) inserem-se na primeira, aquela dita como fase romântica. Enquanto isso, a segunda - ou fase realista - compreende **Papéis Avulsos** (1882), **Histórias sem Data** (1884), **Várias Histórias** (1896) e **Relíquias de Casa Velha** (1906).

A busca pela conquista de uma posição que represente *status* por parte dos personagens dá-se como característica de destaque na chamada fase romântica. Tal alcance social acontecerá por intermédio da compra de um dado bem ou, até mesmo, em função da “conquista” do casamento com um cônjuge que possui alto poder aquisitivo. Os contos “O Segredo da Augusta”, “*Miss Dollar*”, “A Mulher de Preto” e “Confissões de uma Viúva Moça”, publicados no ano de 1870 em **Contos Fluminenses**, são exemplos disso.

De modo a proporcionar um dado equilíbrio, na fase em questão, a mentira é costumeiramente desmoralizada. Por outro lado, isso não acontecerá na segunda fase. Um exemplo marcante diz respeito à narração “A Parasita Azul” - de 1882 em **Papéis Avulsos** - quando o charlatão da história surpreendentemente sai vitorioso. Vale reforçar que os subsídios de análise para o desenvolvimento da temática central deste estudo, conforme já apresentado, também se referem aos contos do escritor Machado de Assis.

Posteriormente a isso, frisa-se que, segundo o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em **A retórica de Bento Santiago, um advogado**,

o autor “em suma, admite várias possibilidades de leitura. Foi assim no seu tempo, continua a ser assim passados 100 anos de sua morte” (ALKMIM, 2008, p. 10), tamanha a recorrência de seus escritos.

Marcado tanto por sua multiplicidade, quanto por sua complexidade, notar-se-á que as tramas machadianas proporcionam inúmeras oportunidades de leitura e entendimento. A cidade do Rio de Janeiro figura como ambientação de sua produção. A capital imperial é o palco onde transitam os personagens. Nesse sentido, faz-se necessária uma rápida apresentação da mesma.

1. 3. A cidade do Rio de Janeiro à Machado

O Rio de Janeiro reflete a inspiração de Machado de Assis e de sua escrita marcante. Nele, compreende-se o carioca do século XIX, considerado como parte intrínseca ao seu espaço geográfico. Não apenas isso, mas também conhecida por “cidade maravilhosa”, chama a atenção, principalmente, pela junção de experiências diversas e das mais plurais culturas que influenciavam, como resultado de um campo intelectual muito heterogêneo.

A faceta cronista do autor se destaca frente à realização da leitura dos espaços da cidade, assim como dos significados a eles atribuídos. Percebe-se que, em suas obras, são abordadas as transformações do espaço urbano que abarcam o período de 1860 a 1900. Ao final, ele se considera “sem chão” em função de tantas mudanças que se passaram e outros escritores também parecem compartilhar desta opinião:

todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem-sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, vivemos uma experiência sem símile. Trazendo de países distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra (HOLANDA, 1936, p. 3).

Crônicas de **A Semana** foram escritas no período de 1892 e 1897. Em uma delas Machado de Assis retrata os alicerces da cidade em evidência que, para ele, correspondia a uma veracidade humana. O texto trata de uma andança até o Morro do

Castelo com o intuito de que os altares de uma igreja sejam apresentados para um itinerante de outro país:

há anos chegou aqui um viajante, que se relacionou comigo. Uma noite falamos da cidade e sua história; ele mostrou desejo de conhecer alguma velha construção. Citei-lhe várias: entre elas a Igreja do Castelo e seus altares. Ajustamos que no dia seguinte iria buscá-lo para subir o Morro do Castelo. Era uma bela manhã, não sei se de inverno ou primavera. Subimos, eu, para dispor-lhe o espírito, ia-lhe pintando o tempo em que por aquela mesma ladeira passavam os padres jesuítas, a cidade pequena, os costumes toscos, a devoção grande e sincera. Chegamos ao alto, a igreja estava aberta e entramos. Sei que não são ruínas de Atenas: mas cada um mostra o que possui. O viajante entrou, deu uma volta, saiu e foi postar-se junto à muralha, fitando o mar, o céu e as montanhas, e, ao cabo de cinco minutos: “Que natureza que vocês têm! Certo, a nossa baía é esplêndida; e no dia em que a ponte que se vê em frente à Glória for acabada e tirar um grande lanço ao mar para aluguéis, ficará divina. Assim mesmo, interrompida, como está, a ponte dá-lhe graça. Mas, naquele tempo, nem esse vestígio do homem existia no mar; era tudo natureza. A admiração do nosso hóspede excluía qualquer ideia de ação humana. Não me perguntou pela fundação das fortalezas, nem pelos nomes dos navios que estavam ancorados. Foi só a natureza” (ASSIS, 1893, p. 192).

Em seguida, cabe mencionar que, na segunda metade do século XIX, a sociedade do Rio de Janeiro enfrentava transformações gigantescas. Os reflexos de um passado colonial eram deixados de lado em busca de um tempo novo. Fica marcada, assim, uma modificação acerca das noções de família. Nesse sentido, a perspectiva de observação machadiana incide sobre as tendências culturais da cidade em desenvolvimento na época:

... quem percorre a narrativa de Machado, que cobre a vida do Rio dos meados ao fim do século XIX, reconhece uma teia de relações sociais, quer intrafamiliares (na acepção ampla de parentesco, compadrio e agregação), quer de vizinhança, profissão e vida pública entre pares ou entre pessoas situadas em níveis distintos (BOSI, 2007, p. 153).

Em se tratando do espaço dentro do texto literário, ressalta-se que a sua criação pode ser destinada a várias finalidades. Tanto é verdade que, “muitas vezes, mesmo antes de qualquer ação, é possível prever quais serão as atitudes da personagem, pois essas ações já foram indiciadas no espaço que a mesma ocupa” (BORGES FILHO, 2007, p. 35). O leitor coloca-se na espera de uma resposta prevista.

Acrescenta-se também que “o espaço narrativo tem enorme relevância na constituição de sentidos [...], visto que os fatos ficcionais só conseguem erguer-se a partir de uma localização que lhes dê sustentáculo e sentido” (GAMA-KHALIL, 2008, p. 41). Certos acontecimentos se explicam pela análise de tal elemento, bem como pela contribuição que ele proporciona na formação de histórias muito bem tramadas. Nesse

âmbito, declara-se que o espaço ficcional atua como o cenário onde os personagens transitam.

Em muitas obras literárias ele constitui a sua própria razão de ser. Assim sendo, embora a proposta principal de estudo consista na formação destes em um contexto jurídico, “seja qual for o texto literário, é fundamental para captar suas significações o levantamento e a análise dos elementos espaciais” (D’ONOFRIO, 1995, p. 99). O gênero narrativo, neste caso o conto, oferece vasto material à compreensão do espaço nas várias áreas de conhecimento. A história, a sociologia, a antropologia e a geografia são exemplos disso.

Para além das questões literárias, estéticas, linguísticas e culturais, alguns aspectos podem ser observados nesta relação, tais como: físicos, psíquicos, espirituais, míticos, religiosos e culturais. Ferreira (1990, p. 8) afirma que a literatura é uma aliada da geografia, enriquecendo seus estudos, pois os literatos e os geógrafos possuem vários pontos em comum no que se refere às experiências ambientais. Além deste fator, outro que requer a devida atenção dentro das narrativas trata-se do trabalho que o autor estabelece com a linguagem.

Uma obra literária “reflete a experiência do escritor em relação ao espaço por ele vivido. Ela representa muito do que o autor percebeu, sentiu, imaginou, viu ou interpretou dentro de seu cotidiano, real ou imaginário, história ou estória, verdade ou criação” (PINHEIRO NETO, 2011, p. 16). Ciente disso, já se sabe também da preferência de Machado de Assis por bacharéis em Direito ocupantes dos mais distintos cargos dentro da área jurídica.

Em se tratando dos acontecimentos vivenciados na época, acerca do espaço geográfico, destaca-se que Francisco Pereira Passos atuou como engenheiro e prefeito do Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1906. Em tal período histórico fora implantado um projeto urbanístico audacioso determinando uma modificação topográfica nova.

A cidade tornou-se “o palco primordial da encenação cultural da elite europeizada” (TEIXEIRA, 2008, p. 152). Assim, foi possível observar que “a idealidade da cidade projetada e sua vivência, jazia o interstício interpretado, as entrelinhas de uma possível ação crítica” (TEIXEIRA, 2008, p. 152). Concomitantemente a isso, ocorreu então:

a abertura de amplas avenidas, o bota-abaixo do casario colonial, a crescente separação entre os redutos dos ricos e as zonas periféricas dos pobres estipulavam as ordenações da capital republicana, calcada na modernização do espaço público e no ideal de uma urbanidade cosmopolita (TEIXEIRA, 2008, p. 152).

Isso proporcionou a origem de “uma dualidade de ordens e valores que iria marcar decisivamente a tradição cultural da cidade. Enquanto Capital Federal, o Rio de Janeiro deveria transformar-se numa ‘Europa possível’ e, ao mesmo tempo, corporificar um modelo de nacionalidade” (TEIXEIRA, 2008, p. 152, grifo do autor). Nesse ponto insere-se Machado de Assis que, por intermédio de sua sabedoria, procurou revelar o que de oculto acontecia por trás de tudo o que se passava na época.

O escritor procedeu tal como historiador, abordando a realidade brasileira no final do século XIX e início do XX. Dessa forma, durante a escrita de suas histórias, ele soube contar e recontar a trajetória do Brasil daquela determinada época, deixando-a acessível aos seus leitores por intermédio de diversas publicações. O Rio de Janeiro, por exemplo, apresentava condições sanitárias muito precárias.

Assim, é plausível de observação o fato de que o autor, conhecido por sua saúde frágil, conseguiu resistir a diversas epidemias vivenciadas no período. Doenças essas que foram, inclusive, responsáveis por atingir alguns conhecidos próximos, dentre amigos e parentes. Não apenas isso, mas sobreviveu também aos problemas de outras ordens.

No ano de 1850, em função da epidemia de febre amarela, restava a proibição, por parte do governo, inclusive dos enterros que costumeiramente aconteciam ora em conventos, ora em igrejas. Em 1854, o Rio de Janeiro já contava com aproximadamente 300 mil habitantes. Por incrível que pareça as pessoas de classes mais abastadas não tiveram muita escolha, sendo forçadas a usar os simples cemitérios. Locais antes voltados tão somente à população “comum”, desprovida financeiramente e também aos escravos:

até então, os endinheirados eram enterrados nas igrejas, pois acreditavam que ali estariam mais próximos dos santos e de Deus, sendo que os mais apatacados mais perto do altar ficavam. Desta maneira, a precariedade dos serviços básicos, sobretudo de saneamento, interferia na definição dos costumes e no modo de vida dos cidadãos, embora, por outro lado, em decorrência disto, novos hábitos fossem adquiridos (BORGES, 2000, p. 17).

No que diz respeito aos escritos de Machado, o autor atentava-se para o fato de que, “da literatura ao drama, o trabalho [...] deveria consistir na investigação de sua realidade, para transformá-la em arte, de preferência em arte nacional” (RODRIGUES,

2008, p. 26). É notável, então, uma escrita costumeiramente focada nas vivências do dia a dia.

Ele costumava dizer que a sociedade “é uma mina a explorar, é um mundo caprichoso, onde o talento pode descobrir, copiar, analisar, uma aluvião de tipos e caracteres de todas as categorias” (ASSIS, 2004, p. 789). O estudo dela propiciaria, por isso, os mais plurais entendimentos, tanto no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro, principalmente acerca das vocações da época em que:

há a nobreza, constituída pelos senhores de terra e suas famílias; um outro grupo é formado por operários, pequenos empregados e escravos recentemente libertos. Além desses, nos últimos anos vem crescendo uma terceira categoria formada por gente sem terras. Trata-se de pessoas ligadas ao pequeno comércio e atividades burocráticas, jornalísticas, políticas e literárias (MARCONDES, 2004, p. 9).

Sendo assim, por intermédio de diversas leituras, percebe-se que a sociedade urbana era tida como fonte de inspiração para Machado. O autor demonstrava acreditar que “a literatura deve caminhar paralelamente ao estudo e à pesquisa sobre os indivíduos, bem como sobre seus hábitos domésticos, e não ser uma cópia de modelos estrangeiros” (RODRIGUES, 2008, p. 28). Indubitavelmente, o Rio de Janeiro servia como ordenamento principal para suas observações.

Outro estudioso que retratou a referida cidade foi Lima Barreto. Também para ele a rotina era palco de observação aos seus escritos, em especial, à suas crônicas. Machado de Assis, por sua vez, afirmava não ter dúvidas de “que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região [...]” (ASSIS, 2004, p. 804), dando preferência aos tipos locais dentro de seus enredos.

Sendo assim, “o cotidiano lhe pesa como leme às embarcações, definindo o rumo. Em Machado, a crônica reflete o inexplicável pela fugacidade temporal, a ponto de ele revelar-se um obcecado pela questão” (VOGEL, 1994, p. 74). Em oposição ao ideal imaginário da figura característica do índio corajoso ou até mesmo do típico sertanejo, os intérpretes machadianos são homens de um dia a dia simples, muito embora não deixem de ser estritamente brasileiros:

Machado analisa seus personagens, arrancados das páginas dos jornais, frequentemente através do riso popular. [...] A personagem, concretização do ser fictício é, na crônica, um híbrido do representado e do que representa. Uma espécie de clone, cujo molde a retirado do convívio cotidiano ou das páginas dos jornais e toma forma autônoma no texto (VOGEL, 1994, p. 79).

O autor procurou abordar tanto as pessoas do Segundo Império quanto da Primeira República, ambientados em uma realidade urbana. Contudo, há que se tomar cuidado com as classificações. Não é plausível afirmar que a literatura seja um retrato, “mas, sim, que ela produz imagens sobre as experiências sociais e as torna parte do imaginário da história” (BORGES, 2007, p. 25). Por isso, a produção literária não deixa de ser uma contribuição grandiosa acerca de uma realidade vivenciada em determinada época.

Presume-se “que as obras machadianas trazem esse traço expressivo de um escritor voltado para a observação, a análise e o estudo dos tipos circundantes na composição de suas histórias” (RODRIGUES, 2008, p. 29). Suas crônicas, por exemplo, apresentam uma série de intenções embutidas no discurso e a leitura da cidade se dá entre metáforas e uma ironia velada.

Nesta linha de raciocínio, há quem diga que a ironia do autor apresente um caráter de tragicidade. Trata-se da ironia trágica e pressupõe-se, com isso, que não se pode falar em tragédia sem que primeiramente exista o sarcasmo. Connop Thirlwall, em sua obra *On the irony of Sophocles* (2005), aponta para a realidade de dois níveis: uma suposta “ironia da ação (trágica)” e também a “ironia do poeta (trágico)”. No que diz respeito a uma suposta

ironia trágica de Machado de Assis, portanto, é preciso entender esse genitivo como simultaneamente objetivo e subjetivo, como uma técnica específica do autor, e como tal em certa medida passível de estabilização, mas, ao mesmo tempo, como aquilo que impossibilita o império da técnica e assim resguarda e torna visível o caráter ironicamente trágico da própria realidade [...] (PESSOA, 2007, p. 10).

Ao final, deve-se ficar claro que a ironia de Machado assume um importante papel de crítica social. Ela não é dada ao acaso, mas de modo pensado a denunciar uma sociedade mesquinha na qual, por exemplo, o tráfico negreiro era tido como atividade comercial de grande lucratividade no país. Merece destaque também o fato do casamento, de início, já ser considerado pelo escritor como uma possível “troca de favores”.

Ao contrário do que se pregava, o matrimônio, muitas vezes, não passava de um “comércio”. Sendo assim, “a noção de espaço ganha uma dimensão mais complexa, além de determinações físicas, informada por uma rede dinâmica de relações, econômicas, políticas, culturais, afetivas” (SILVA. R, 2011, p. 584), então abrangendo inúmeros outros aspectos da sociedade como um todo.

Por isso, reforça-se a ideia de analisar contos de sua autoria voltados à constituição do personagem, especificamente, que atuam como profissionais das mais variadas ocupações jurídicas. Em tais narrações se percebe uma determinada curiosidade do autor no que diz respeito à construção dos personagens e de seus caracteres. Vale acrescentar que o ambiente para a existência destes era tido como imprevisível: a cidade do Rio de Janeiro.

Machado “desenhou a cidade imperial brasileira de maneira deslumbrante e caprichosa, como se fosse ela própria ‘mãe e inimiga’, mas, sobretudo, sedutora, sofisticada e cosmopolita” (RODRIGUES, 2008, p. 9, grifo do autor). Conforme destacado anteriormente, a obra machadiana perpassa pela “vida” tanto da cidade do Rio de Janeiro - importante ambientação de análise - quanto do Brasil como um todo. Com isso, é revelado ao leitor um espaço povoado de problemáticas e dramas, mas também de festas e vigor.

Em suma, no imaginário dos leitores e tomando como base a vida diária, talvez fosse até possível imaginar que tais personagens, as quais “compartilhavam a mesma cidade, as mesmas paisagens e frequentavam os mesmos endereços e lugares públicos, pudessem ter-se encontrado ou cruzado no mesmo caminho, cada um segundo o seu destino, confinado na mente do seu criador [...]” (RODRIGUES, 2008, p. 12). Depende das suposições advindas de um leitor perspicaz.

Nesse sentido, o espaço da ficção é cenário da obra. Trata-se do local onde as personagens vivem seus atos e sentimentos. Ele é, acima de tudo, o formador da conduta humana. Assim, é constatado que dentre “as várias armadilhas virtuais de um texto, o espaço pode alcançar estatuto tão importante quanto outros componentes da narrativa” (DIMAS, 1985, p. 5). Isso, também porque é ele quem conduz e fortalece a essência de cada um, ou seja, a constituição do caráter dos personagens se dá visto a colaboração do meio no qual vivem.

Em seguida, será trabalhada uma das especialidades de Machado de Assis, qual seja, a sua contribuição literária como contista. Com mais de duzentos contos publicados, as temáticas aludidas em seus textos narrativos perpassam por vivências cotidianas. Destaca-se que o conto proporciona vasto material a diversas compreensões, nas mais plurais áreas de estudo.

CAPÍTULO II

ASPECTOS JURÍDICOS NO DIA A DIA E NA FORTUNA LITERÁRIA MACHADIANA

O capítulo em questão apresenta *Um Contista por Excelência* de modo a dar ênfase a uma das vertentes de maior importância de Machado de Assis. Destaca-se que a escrita trabalhada do autor recorrentemente é notada em suas narrativas. Paralelamente a isso, retoma-se a teoria do conto com o objetivo de conhecer como se deu a criação deles, antes tidos como costume oral e só depois, tardiamente, como uma forma escrita literária. Cabe elucidar que o próprio escritor opina sobre a atividade laboriosa de se produzir contos.

Além disso, são levadas em consideração discussões envolvendo realidade e ficção, bem como as justificativas plausíveis entre a proximidade de Machado com a elaboração de contos. Enquanto isso, em *O Mundo Jurídico e Seus Reflexos Em Uma Vida*, procura-se enfatizar possíveis aspectos que atuaram motivando a escrita do autor. Disserta-se sobre a frequência da retratação do mundo jurídico em obras machadianas lembrando, também, da convivência constante do escritor com bacharéis de Direito o que, talvez, possa ter influenciando suas criações literárias em certo aspecto.

Por conseguinte, ao final do segundo capítulo, tem-se em *Desdobramentos do Direito na Produção Literária Machadiana* o fito de elucidar alguns romances do escritor que por ventura sejam compreendidos de lides judiciais ou de personagens, de alguma forma, juridicamente influenciados. Não apenas isso, mas a linguagem forense também recebe notoriedade no que diz respeito à sua presença constantemente observada em enredos de Machado.

2. 1. Um Contista por Excelência

Não obstante seja entendido como um antigo acontecimento repassado oralmente por costume de diversos povos, nos escritos literários a aparição do conto deu-se de modo tardio. É importante mencionar que apenas na Idade Média Islâmica ele

passará por um desdobramento significativo, o qual resultará em sua expansão e maior conhecimento.

Tal fruto só foi possível “com a consolidação de ‘As mil e uma noites’, uma extensa [...] tradição oral, que publica, sistematiza e dá coerência aos princípios de organização social das populações que vivem sob o signo do Islã” (RIBEIRO, 2007, p. 1). Além disso, “os contos, na nossa cultura, ou os mitos nas culturas dos outros, fazem parte de uma tradição oral, cuja função básica é explicar o funcionamento do mundo” (RIBEIRO, 2007, p. 2). Informação essa que também merece destaque em se tratando da história do gênero.

É sabido que “embora o início do *contar estória* seja impossível de se localizar e permaneça como hipótese que nos leva aos tempos remotíssimos, ainda não marcados pela tradição escrita, há fases de evolução dos *modos* de se contarem histórias” (GOTLIB, 1985, p. 6, grifos do autor). Há quem diga que os contos egípcios sejam tidos como mais antigos. Todavia, apenas com o estudo centrado das fases evolutivas do conto seria possível, talvez, atestar a referida especulação.

Pressupõe-se que no século XIV ocorre uma fase de transição. Se antes os contos eram dados oralmente, agora eles vêm sendo registrados pela escrita. Além disso, sua marca estética também passa a ser observada com determinada importância. Porém, a preocupação de não se perder a essencialidade da narrativa oral, mesmo primando por uma determinada elaboração artística, não é deixada de lado.

Com isso, conserva-se “o recurso das *estórias de moldura*: são todas unidas pelo fato de serem contadas por alguém a alguém” (GOTLIB, 1985, p. 7, grifos do autor). Após isso, o surgimento do conto moderno se dá no século XIX. Sua legitimidade será possibilitada em função do advento da grande imprensa. Neste momento histórico Edgar Allan Poe desenvolve estudos teóricos acerca da temática e se fixa enquanto contista.

Enquanto isso, a presença do que há de folclórico, bem como a busca pela evidência do popular e da cultura medieval passam a ser retratadas por intermédio deste gênero, agora também publicado em veículos de comunicação. Isso, como resultado da imprensa a qual acaba sendo expandida. Caminhando juntamente com tais elucidações, acrescenta-se que diversos autores já manifestaram sobre a dificuldade de produzirem contos.

O próprio Machado de Assis disse tratar-se de algo trabalhoso, muito embora seus leitores possam pensar justamente o contrário: “é gênero difícil, a despeito da sua

aparente facilidade” (ASSIS, 1873, p. 806). Na tentativa de conceituá-lo, outras dificuldades maiores são ainda apercebidas e, talvez por isso, o estudo da teoria do conto resulte em uma constante batalha.

Entende-se que faz mal ao conto a possível ausência de qualidade e não o seu tamanho. O fato de ele ser uma forma de pouca extensão não quer dizer que deva ser menosprezado. Longe disso, sua função é não deixar nada sobrando. Assim, por ser conhecido como uma narrativa curta, seu tamanho acaba sendo um diferencial, uma vez que o romance e a novela já apresentam outros caracteres.

O liame entre sucesso e/ou fracasso de um conto parece pouco depender dos elementos considerados no ato de sua criação. É claro que eles também são importantes e permitem com que a narrativa se torne significativa, mas é possivelmente o procedimento do autor o grande divisor de águas. Cabe a ele a responsabilidade de um conto ruim ou bom.

Deve-se entender que, muito embora possa apresentar algo verdadeiro, o conto não possui necessariamente uma convenção com a realidade, ou seja, “não se refere só ao acontecido. Não tem compromisso com o evento real” (GOTLIB, 1985, p. 12). Assim, fica claro que tanto a ficção quanto o real não apresentam limites bem demarcados.

Existem, contudo, níveis de aproximação ou distanciamento do concreto. Além disso, “há textos que têm *intenção* de registrar com mais fidelidade a realidade nossa” (GOTLIB, 1985, p. 12, grifo do autor). Mais do que isso, são estabelecidas diferenciações entre a literatura e o relato puro e simples. O próprio contador também tem o poder de interferir no discurso que por ele é criado:

assim, o conto identifica-se, na sua origem, com o devaneio do sonhador, parece o prolongamento, a tradução em imagens de um estado interior, a expressão de uma afetividade. As vocações do contista nascem provavelmente desta atividade imaginativa da criança (BOURNEUF & OUELLET, 1976, p. 21).

Muito além das questões literárias, estéticas, linguísticas e culturais, outros aspectos podem ainda ser observados nesta relação: “o gênero literário denominado conto, ao possuir a peculiaridade de condensar grandiosas minúcias reflexas da realidade cotidiana do homem, vem alcançando um destaque cada vez maior no cenário literário contemporâneo” (SOUZA & FERNANDEZ, 2011, p. 1). No que se refere a Machado de Assis, nota-se que os subsídios para estudos são ainda mais dessemelhantes.

Alternando entre o discurso direto e o indireto livre, o autor evidencia por meio de sua característica marcante – qual seja a de uma escrita pautada pelo escárnio – extensas observações à sociedade em que se encontra, bem como aos seres humanos. Todavia, percebe-se que suas narrativas não alcançaram o mesmo reconhecimento que os romances:

Machado de Assis escreveu cerca de duzentos contos, que abrangem praticamente toda a sua vida de escritor, desde 1858, quando contava dezenove anos, até 1907, um ano antes de sua morte. Esses contos sempre foram, em relação aos seus romances, relegados a um segundo plano. Ninguém nega a qualidade de Machado como contista, um dos melhores da história da literatura brasileira, digno de comparação, em muitos momentos, aos maiores contistas de sua época – Maupassant, Tchekhov, ou Henry James. Mas a verdade é que, a despeito de sua popularidade, os contos de Machado não são levados tão a sério quanto mereceriam (GLEDSON, 2006, p. 35).

Existem diversos apontamentos para justificar que a escrita do referido autor combina mais com o respectivo gênero em análise. Para começar, ele “gosta muito de anedotas, e de focalizar detalhes aparentemente triviais, mas que lançam uma luz inesperada sobre assuntos ‘importantes’” (GLEDSON, 2006, p. 35, grifo do autor). Mais do que isso, o escritor

gosta de autores que contam fábulas curtas, com uma moralidade irônica – Esopo, La Fontaine, Swift -, ou que escolhem gêneros mistos, metade ensaio, metade ficção, como Charles Lamb ou Thomas Carlyle. E os próprios romances não seguem as convenções do realismo do século XIX, contendo episódios que em si poderiam ser contos [...] (GLEDSON, 2006, p. 36).

Vale destacar que a maior parte do que fora produzido também em contos privilegia a proximidade de Machado de Assis com o Brasil e, mais especificamente, com o Rio de Janeiro, onde quase sempre os seus enredos se passam. Diversas praias, igrejas, ruas, largos, lojas, teatros, lugares turísticos são mencionados no delongar da escrita machadiana e, quando bem observados, podem trazer um direcionamento geográfico da cidade.

Não obstante, aponta-se à realidade axiomática de que em quase metade de seus aproximadamente duzentos contos, o operador jurídico aparece como figura central ou secundária, podendo até mesmo ser o narrador. Entretanto, não apenas em suas narrativas curtas, como também nos romances, crônicas, teatros, entre outros e, principalmente, na sua vida o Direito estava em evidência tal como será retratado adiante.

2.2. O Mundo Jurídico e Seus Reflexos Em Uma Vida

A constância com que Machado elucidava o mundo jurídico chama à atenção. Tal como acontecia recorrentemente na sua vida, era grande a frequência com que o Direito aparecia em suas produções, especificamente, relacionado às figuras literárias que ele criava para nortear suas obras. Na realidade do escritor, ao contrário, percebe-se que o mesmo não aconteceu por diversas dificuldades enfrentadas diariamente em sua existência humilde.

O autor esteve fora dos bancos da graduação, pois “não se abriram [...] as portas da Academia de Direito, e nem de qualquer outra Faculdade. Talvez as poucas que o Brasil tinha não podiam receber o filho de uma lavadeira” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 103). Isso, mesmo sendo ele um jovem diferenciado, com expectativas de um futuro próspero. Nesse contexto, existem inúmeras teorias lançadas a respeito dessa curiosa preferência do autor nas suas criações.

Apesar de ser este um questionamento muito abstrato, tende-se a levantar indicativos do porquê de Machado, escritor de renome nacional e internacional, dedicar-se tanto na retratação da Justiça em suas obras. São diversas as suposições. Para dar início, como se sabe, o bacharel em Direito era tido em grande conta na sociedade da época:

a exemplo de outros países, também no Brasil, os bacharéis de Direito tiveram papel fundamental na estruturação do Estado, ocupando os mais importantes cargos públicos e espraiando-se por todos os poderes, seja no Império, seja na República. De fato, à exceção, talvez, de alguns revezamentos com a aristocracia de farda, os bacharéis, guiados pelos ideais da Revolução Francesa, estiveram metidos em praticamente todos os grandes acontecimentos políticos da história brasileira (KOZIMA, 1996, p. 241).

Em se tratando do escritor, há quem aponte para o fato de que tal preferência surgia em função do resultado de tais profissões do Direito serem consideradas como de prestígio. No século XIX e princípios do século XX, intervalo em que os romances de Machado foram produzidos, ou seja, período histórico no qual estavam situados, a Faculdade de Direito de São Paulo era uma das poucas existentes na época. Destaca-se que “havia também a Faculdade de Direito do Recife (nascida em Olinda) e, mais tarde, as do Rio de Janeiro” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 27). Além disso,

existia, ainda, a Faculdade de Direito de Coimbra, que, a despeito das instituições nacionais de ensino superior, continuava acolhendo, acolá, jovens brasileiros – há um importante personagem de Machado, como se verá adiante, que lá vai, pois, bacharelar-se. Depois, múltiplas outras profissões e

ocupações havia. Deputados, senadores, comerciantes, militares, funcionários públicos, clérigos, médicos, músicos, boticários, barbeiros, escravos... (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 27).

Em contrapartida, em um primeiro momento, afasta-se tal teoria quando estudiosos pontuam que existiam outras profissões de prestígio: a Faculdade “de Medicina de Salvador (fundada em 1808 por Dom João VI), depois as do Rio e São Paulo. O mesmo para Engenharia” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 27), entre outras que também podem ser levadas em consideração.

Citam-se aqueles que preferem relacionar outro fator à suposta investigação: as amizades conhecidas de Machado de Assis com os alunos do Largo de São Francisco, em São Paulo, estudantes esses que o admiravam. O diplomata Joaquim Nabuco foi um de seus maiores amigos e veio a se formar em Direito no Recife, na turma de 1870. Além dele, merece destaque Rui Barbosa, que concluiu seus estudos também em Direito na turma de 1870 em São Paulo.

Ou seja, em seu cotidiano a vivência com graduados em Direito era constante e, talvez por isso, os personagens do mundo jurídico povoavam tanto os seus escritos. Entretanto, não se pode generalizar, pois Machado de Assis possuía companheiros que optaram por outras formações ou, que assim como ele, não chegaram a cursar graduação alguma.

Posteriormente, em se tratando dos que se voltam ao psicologismo, são eles que procuram aludir “à falta de formação escolar de Machado, a seu recalque por desejo de prestígio e nomeada, e à conseqüente projeção advocatícia em seus personagens” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 28). Contudo, não seria o termo “recalque” extremamente pesado para se relacionar àquele conhecido pela notória universalidade de seus escritos?

Tais estudiosos relatam que “talvez não fosse exagero dizer que o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* queria ser, ele próprio, causídico” (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 28), como se o escritor quisesse transpor-se ao personagem do livro. Apesar de tudo, não é possível convalidar tantas hipóteses ou extrair delas fatos comprovados sem a certeza de grande margem de dúvida. Porém, é imprescindível destacar que inúmeras possibilidades de leitura são proporcionadas no que diz respeito à análise do material produzido por Machado de Assis.

2. 3. Desdobramentos do Direito na Produção Literária Machadiana

O uso recorrente de linguagem jurídica na produção literária de Machado de Assis não pode deixar de ser notado. Pode-se dizer que, assim como em outras áreas do saber científico, um linguajar específico também fora desenvolvido para o mundo do Direito. Diversas expressões e entendimentos são dados com base na atividade do jurista e existe uma relação inseparável entre o uso da linguagem e a atuação neste ambiente. Há que se atentar também para o uso da retórica, muitas vezes pertinente a tal profissional.

Trata-se de um “método de convencimento que se serve da eloquência e da probabilidade, daquilo que é verossímil – verdadeiro ou não -, a retórica admite, até, o discurso vazio de conteúdo, desde que seja insinuante e valorizado na forma” (ALKMIM, 2008, p. 16). O fato é que a prática forense acaba estimando a retórica. Em se tratando das produções machadianas, percebe-se que o seu uso está presente nas mais diversas categorias de criação.

Por exemplo, no conto “Virginius (narrativa de um advogado)”, vê-se que tal mecanismo é utilizado no contexto de um júri: “tocou-me a vez de falar. Não sei o que disse. Sei que as minhas ruidosas provas de adesão surgiam no meio do silêncio geral” (ASSIS, 2008, p. 67). Assim, quando o advogado do personagem Julião - que houvera cometido um crime - toma a palavra dentro do tribunal, percebe-se a emoção explícita de alguns:

dispensando os leitores da narração do que se passou no júri. O crime foi provado pelo depoimento das testemunhas, nem Julião o negou nunca. Mas apesar de tudo, da confissão e da prova testemunhal, auditório, jurados, juiz e promotor, todos tinham pregados no réu olhos de simpatia, admiração e compaixão. A acusação limitou-se a referir o depoimento das testemunhas, e quando, terminando o seu discurso, teve de pedir a pena para o réu, o promotor mostrava-se envergonhado de estar trêmulo e comovido. [...] Quando terminei, dois homens invadiram a sala e abraçaram-me comovidos [...] (ASSIS, 2008, p. 67).

Muitas palavras específicas do Direito podem ser notadas nesta citação, tais como: *júri*, *crime*, *depoimento das testemunhas*, *prova testemunhal*, *jurados*, *juiz*, *promotor* dentre outras. Tendo em vista a importância delas no contexto jurídico e também no enredo em análise, explicações de seus sentidos fazem-se plausíveis para uma melhor compreensão do texto narrativo. Assim sendo, em se tratando do primeiro termo mencionado, vale dizer que:

o Juri é a expressão da cultura de um povo e uma fonte inesgotável de novas teses e discussões jurídicas, seja no campo do Direito Material, seja no aspecto processual. No direito brasileiro, por exemplo, o Tribunal Popular é uma realidade, ele foi mantido na Carta Magna de 1988, e se acha enumerado entre os direitos e garantias individuais. Seus simpatizantes alegam, principalmente, tratar-se de uma instituição fundamental para o direito de liberdade do cidadão. Porém, seus críticos, em maior número, defendem que, apesar do fato de que as normas jurídicas devem ser entendidas levando-se em consideração o contexto legal em que inseridas e os valores tidos como válidos em determinado momento histórico, não há como interpretar uma disposição legal ignorando as profundas modificações por que passou a sociedade, desprezando os avanços da ciência e deixando de ter em conta as alterações de outras normas, pertinentes aos mesmos institutos jurídicos (PARENTONI, 2011, p. 1).

Paralelamente a isso, tem-se a respeito do *crime* que ele é,

sem dúvida, fato jurídico. Fato jurídico é designação genérica de todo acontecimento relevante para o direito, provocando o nascimento, a modificação ou extinção de uma relação jurídica. Fatos jurídicos dividem-se em fatos naturais (ou fatos jurídicos em sentido estrito) e fatos voluntários (ou atos jurídicos). Aqueles são fatos da natureza, como o nascimento ou a morte. Estes são condutas voluntárias, que influem sobre relações jurídicas. Os fatos voluntários (ou atos jurídicos) subdividem-se em duas grandes categorias, a dos atos lícitos e a dos atos ilícitos. Os atos lícitos são atos praticados de acordo com o direito e podem ser declarações de vontade dirigidas a produzir efeitos jurídicos (negócios jurídicos) ou ações, positivas ou negativas, que produzem efeitos jurídicos, sem serem dirigidas a produzi-los (FRAGOSO, 1995, p. 143).

Para entender o *depoimento das testemunhas e prova testemunhal* deve-se levar em consideração que a prova judiciária, sob o ponto de vista objetivo, trata-se de um “instrumento posto à disposição dos litigantes para demonstrarem a existência dos fatos alegados” (LOUREIRO, (s/d), p. 1). Entretanto, “não se trata [...] da ação de provar, mas do instrumento próprio (forma definida pelo ordenamento jurídico para o conhecimento dos fatos pelo juiz). Nesse caso, diz-se que a prova é documental, testemunhal, pericial” (LOUREIRO, (s/d), p. 1), entre outras.

Nesse sentido, “o conteúdo ideal dos documentos, o conteúdo ideal do depoimento das partes ou das testemunhas são meios de prova” (LOUREIRO, (s/d), p. 1). Como se vê, assim como a ampla variedade de vocabulário jurídico, a figura do advogado também ocupa espaço de privilégio nos enredos machadianos. Talvez por isso a riqueza de um léxico muito específico de tais profissionais. Além disso, pode-se constatar um

fato irrefutável: Machado preferia os bacharéis advogados do Largo de São Francisco entre seus personagens de romance. Ponto. Ponto para a Velha e sempre Nova Academia. E ele usou e abusou da linguagem jurídica em sua obra (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 28).

Como exemplificação, pode ser destacada uma série de termos costumeiros em suas tramas. Apenas para dar início, citam-se os *autos* como o “conjunto do material das peças do processo” (VOCABULÁRIO..., (s/d), p. 1). Esta, além de muitas outras, trata-se de uma palavra recorrente dentro de seus enredos. O vocábulo *sentença* também é mencionado em diversas oportunidades.

Ela corresponde ao “ato pelo qual o Juiz de 1º Instância põe termo ao processo, decidindo a questão que lhe foi apresentada, ou seja, em que o juiz decide quem ganha e quem perde o processo” (VOCABULÁRIO..., (s/d), p. 1). As *partes*, por sua vez, “são os autores e os réus da ação” e a *petição* é o “instrumento pelo qual as partes se comunicam com o Juízo” (VOCABULÁRIO..., (s/d), p. 2), dentre outros encontrados durante as leituras dos enredos machadianos.

Muitas são as palavras próprias da área recorrentes nos textos deste autor. Em certas passagens torna-se obrigatória uma interpretação meticulosa para o alcance de uma assimilação plena do conto. Dando continuidade às “traduções jurídicas” e no que diz respeito aos *prazos processuais*, vale elucidar que a contagem deles tem início “no primeiro dia útil após a intimação, ou ato equivalente (publicação)” (VOCABULÁRIO..., (s/d), p. 2), mas outras considerações devem ser observadas.

O fato é que tanto a abertura quanto o encerramento do cômputo não “podem recair no sábado, domingo, feriado, ou dia em que não haja expediente forense, caso em que se prorroga o início ou o fim da contagem para o primeiro dia útil seguinte” (VOCABULÁRIO..., (s/d), p. 2). Vê-se que por uma simples intitulação não se poderia decifrar todas essas informações.

Nessa acepção, fica claro que o conhecimento de Machado está longe de meramente superficial. Outras amostras disso poderão ser observadas no delongar das análises narrativas nas quais não são de se estranhar as presenças de procuradores, tabeliões, provisionados, meirinhos, desembargadores, juízes, promotores entre outros. Em resumo, o procurador se trata do responsável por litigar em nome de outrem mediante autorização expressa.

Os tabeliões, por sua vez, possuem fé pública e a delegação para realizar atividades permeadas a atuação em Cartório. Provisionados são os não bacharéis que demandavam, quando alistados na Ordem dos Advogados, em juízo de instância primeira. Vale acrescentar que “o termo tem origem no direito e identifica uma autorização para o exercício profissional, porém com certas restrições” (MEIRELLES, 2003, p. 4). Além disso,

todos os outros Conselhos Profissionais, por ocasião da regulamentação das respectivas profissões, tiveram que absorver os práticos que atuavam em suas áreas. A OAB absorveu os Rábulas; o Conselho Federal de Contabilidade, os Guardadores de Livros; o Conselho Federal de Odontologia, os Práticos Dentistas que atuavam em suas residências; o Conselho Federal de Farmácia, os conhecedores de medicamentos caseiros; o Conselho Federal de Enfermagem, as Parteiras. E, assim, cada Conselho Profissional registra a história da inclusão de seus práticos. [...] Em outras palavras, a lei assegura o exercício da profissão aos que já a exerciam antes da nova legislação. Estes têm direito adquirido, de acordo com a legislação anterior, nos moldes do que já faziam, desde que se inscrevam no respectivo Conselho Profissional (MEIRELLES, 2003, p. 5).

Dando continuidade, meirinho, do latim *majorinus*, refere-se a uma antiga denominação do oficial de justiça. Cabe a ele atividades tais como penhora, citação, prisão, assim como o cumprimento de mandados judiciais. Em contrapartida, o desembargador é “uma espécie de juiz, membro do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Regional, responsável pelo cumprimento da lei nos estados brasileiros” (SANTIAGO, (s/d), p. 1). Como é responsável por analisar o julgamento de juízes mais recentes, o desembargador é considerado como um “sábio da justiça”. Isso acontece quando o julgado se encontra insatisfeito frente a uma decisão estabelecida no tribunal.

Por isso, a possibilidade de uma leitura jurídica dentro do contexto narrativo é de extrema importância aos olhos de um leitor mais atento e responsável. Assim, enumerando tão somente a menor parte deles, têm-se os seguintes contos como representativos da presença do Direito em Machado de Assis: “Luís Soares”, “A Mulher de Preto”, “O Segredo de Augusta”, “Linha Reta e Linha Curva”, “A Parasita Azul”, “As Bodas de Luís Duarte”, “Aurora Sem Dia”, “O Alienista”, “Teoria do Medalhão”, “A Chilena Turca”, “Na Arca”, “D. Benedita”, “A Sereníssima República”, “A Igreja do Diabo”, “O Lapso”.

Não apenas esses, mas também “Último Capítulo”, “Singular Ocorrência”, “Capítulo dos Chapéus”, “Conto Alexandrino”, “Primas de Sapucaia!”, “Uma Senhora”, “Ex Cathedra”, “A Senhora do Galvão”, “A Cartomante”, “O Enfermeiro”, “Uns braços”, “A Desejada das Gentes”, “O Diplomático”, “D. Paula”, “O Dicionário”, “Um Erradio”, “Maria Cora”, “Suje-se Gordo!”, “Pílades e Orestes”, “Uma por outra”, “A pianista”, “Pobre Cardeal!”, “O Programa”, “Qual dos dois?”, “Um Quarto de Século”, “Questão de Vaidade”, dentre inúmeros outros.

Alguns desses contos foram publicados originalmente no **Jornal das Famílias** (1863-1878), periódico sob a direção de Baptiste Louis Garnier. Tratava-se de um importante veículo de comunicação de “publicação mensal, ilustrada, recreativa e

literária que circulou entre 1863 e 1878, e era destinada fundamentalmente ao público feminino” (LULA, 2005, p. 13), ou seja, com leitoras mais assíduas.

Como exemplo, o conto “Teoria do Medalhão”, por sua vez, foi publicado primeiramente em 1881 na **Gazeta de Notícias**. Após isso, integrou-se à obra **Papéis Avulsos**. Ele retrata uma conversa estabelecida entre um pai e seu filho que acaba de comemorar 21 anos de idade. O pai deseja que o rebento tenha fama e seja rico, ou seja, que se torne um medalhão. Para ele, são inúmeras as possibilidades de carreiras as quais o seu filho poderia seguir, todavia, o ofício de medalhão lhe parece o mais acertado:

foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende. És moço, tens naturalmente o ardor, a exuberância, os improvisos da idade; não os rejeites, mas modera-os de modo que aos quarenta e cinco anos possas entrar francamente no regime do aprumo e do compasso (ASSIS, 1994, p. 2).

Como se estivessem em um contexto de sala de aula vê-se que o pai, insistentemente, tece conselhos para o rapaz de como este deveria se portar. Tal como mensagem oculta, fica subentendida a ideia de anulação do “eu” com o intuito de manter as aparências. Enquanto o progenitor quer enxergar a realização de seus sonhos frustrados na figura do filho, o jovem parece aceitar de modo passivo o que a ele é imposto. No que diz respeito ao termo, entende-se que:

o medalhão, como uma cristalização pessoal de qualidades morais de um dado domínio social, pode surgir onde quer que haja um grupo. Temos medalhões entre os pobres e os ricos, entre os fracos e os fortes. Trata-se, parece-me, de um modo de estabelecer diferenças e hierarquias em todos os grupos, em todas as categorias, em todas as situações; sobretudo entre pessoas iguais. Embora exista uma tendência a equacionar o medalhão com a classe dominante, essa ligação é simples demais (DA MATTA, 1997, p. 205).

Como característica recorrente nos contos machadianos, também aqui é mencionada a possibilidade de ascensão do filho se tornando um magistrado: “vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes” (ASSIS, 1994, p. 2), ou seja, como bacharel em Direito.

Levando-se em consideração a realidade da época, “se o diploma jurídico não fosse requisito para que a qualidade de ‘medalhão’ fosse alcançada, no mínimo representaria metade do percurso” (DUTRA, (s/d), p. 20, grifo do autor). Assim, no século XIX, era como se os medalhões, no cotidiano, confundissem-se com diplomados em Direito. Em resumo,

o Direito era, sem dúvida, a porta de acesso à Elite local. Assim, como se observa nos discursos e aconselhamentos de Bento Cubas, pai do Brás; nas intenções de Natividade, para um de seus filhos; e, em *Teoria do Medalhão*, nos dizeres e indicações de um pai a seu **jovem filho bacharel**: ‘a predestinação à vida pública e o Direito entrelaçam-se como etapa estratégica nessa inserção, já que o principal projeto da elite brasileira era a vida pública, carreira vinculada principalmente ao Direito, **curso forjado para melhor preparar o futuro deputado ou senador**’ (ARAÚJO, 2008, p. 61, grifos do autor).

Por conseguinte, sabe-se que os contos escolhidos enfatizam o Direito e apresentam personagens essencialmente jurídicos que merecem a atenção. Isso já que, mesmo na hipótese de não conhecerem de modo aprofundado leis e doutrinas, os leitores de Machado acabam sendo expostos a assuntos amplamente abordados pela justiça. Além disso, as narrativas apresentam enredos que comportam possibilidades de estudos.

Em se tratando da autenticidade do conto, cabe frisar que “será apenas no século XIX, com o surgimento da grande imprensa – com seus veículos diários, semanais, quinzenais, mensais, etc. – que [...] ganhará sua plena legitimidade” (RIBEIRO, 2007, p. 2). No referido século costumava-se publicar em um primeiro momento nos “jornais literários e revistas de moda e literatura” (CRESTANI, 2009, p. 31). Tratava-se de um costume entre os contistas brasileiros.

Tinha-se em mente que o material estava mais voltado ao público feminino. Naquele dado momento histórico a leitura era dada com o intuito de diversão. As mulheres da época, em função da ausência de uma formação acadêmica, acabavam apegando a esse hábito em busca do entretenimento proporcionado pela leitura. Fala-se, assim, em uma espécie de recreação.

Desse modo, é possível entender que “Machado de Assis sabia qual era o seu público-alvo nesse periódico, desenvolvia, assim, histórias palatáveis às suas leitoras. Lançava a sua ‘mercadoria’ de acordo com a demanda” (LULA, 2005, p. 13, grifo do autor). Em resumo, no **Jornal das Famílias** estava publicada a grande maioria dos textos narrativos integrantes do que se entende por fase inicial, ou primeira fase, da ficção machadiana.

Por meio do advento do conto, o leitor depara-se com a visão de mundo a partir dos fatos descritos pelo autor. Destarte, “em lugar das longas descrições, desenhos fulminantes de personagens e de situações” (RIBEIRO, 2007, p. 3) e tudo passa rápido, tal como exigido em um contexto de modernidade. O autor, juntamente com uma escrita concisa, produz um conteúdo imponente.

Enquanto isso, os conflitos, diluídos no texto, retratam aspectos morais, políticos, amorosos, relacionados às atitudes dos personagens. Destaca-se também que nas narrativas machadianas está longe de causar estranhamento o fato de seus protagonistas serem quase sempre bacharéis.

Cabe observar que, quando se fala da autoria de Machado, “vira e mexe, os personagens se veem embrenhados no universo das leis, envolvidos com alguma pendenga legal ou judicial” (ALKMIM, 2008, p. 10). Em determinados momentos tal aparição do elemento jurídico dá-se explicitamente. Mas o texto também pode requerer o esforço de uma maior concentração para que se identifique o que de forense há em suas obras. Por fim, o resultado é seguro:

o Direito invade completamente a vida e a obra do grande mestre. Ou seja: Machado de Assis é todo Direito – em sua vida de funcionário público, sobram exemplos de atuação jurídica; em suas amizades, sobressaem os bacharéis; seus personagens jurídicos têm grande destaque (impressionante destaque); e a linguagem jurídica aparece em todos os recantos da vasta obra machadiana (MATOS & SCHUBSKY, 2008, p. 08).

Em suma, tal como anteriormente citado, o objeto jurídico fez-se constante tanto na vida pessoal quanto literária do escritor. Tão amplo o mérito do tema que, com o fim de citar os romances em que o Direito é retratado, vale listar as seguintes publicações: **Ressurreição, A Mão e a Luva, Helena, Iaiá Garcia, Memórias Póstumas de Brás Cubas, Quincas Borba, Dom Casmurro, Esaú e Jacó e Memorial de Aires.**

O livro **Ressurreição**, por exemplo, apresenta a história do médico Félix que sai da pobreza ao receber uma herança. Seu amigo, Dr. Meneses, era advogado e, aparentemente, de boa índole. Contudo, fica claro nas entrelinhas do escritor que isso não quer dizer que sua personalidade permanecesse intacta, pois o jovem poderia eventualmente perder algumas de suas qualidades com os anos de profissão. Além disso, o mal sofrido pelo causídico era a frustração no amor.

Em se tratando da obra **A Mão e a Luva**, os protagonistas efetivamente são do mundo jurídico. Trata-se da história de dois garotos os quais se conheceram durante os anos de faculdade no Largo de S. Francisco. E, muito embora fosse possível notar uma grande diferença nas personalidades, ainda assim acabaram tornando-se amigos bem próximos.

Os rapazes chegaram a abrir um escritório de advocacia em sociedade. Com o seguimento da narrativa eles acabariam, ironicamente, apaixonados pela mesma moça, Guiomar. Todavia, aspecto que requer uma atenção especial do leitor diz respeito a um

dos capítulos da obra com sugestiva intitulação: “Embargos de terceiro” que, juridicamente,

são utilizados por terceiro estranho à relação processual, como meio defensivo aplicado contra medidas constritivas ocasionadas por ato judicial, cujas quais visam atingir os bens daquele. Como tudo o que ocorre tem uma nascente, com os embargos de terceiro não é diferente, tendo como origem remota de nosso instituto a controvérsia *pignoris capti* do direito romano, que era um meio defensivo do qual o terceiro dispunha quando, em execução, um bem seu era alvo de penhora, e não do executado. [...] Porém, atualmente [...] eles ainda podem ser admitidos na proteção da posse, nas ações de divisão ou demarcação, que for o imóvel sujeito a atos materiais, preparatórios ou definitivos, bem como, para o credor com garantia real obstar alienação judicial do objeto da hipoteca, penhor ou anticrese (SOARES, 2008, p. 1, grifos do autor).

Fica claro, uma vez mais, que Machado de Assis sabia do que estava falando. Após isso, tem-se o romance **Helena**, considerado como um processo judicial por si só. Em resumo, o enredo está centrado na existência de um inventário deixado pelo conselheiro Vale. O ponto central do testamento é o reconhecimento da personagem Helena como filha por parte do falecido.

Tal qual sua vontade última, o *de cuius* requer que a ela seja transferido o seu quinhão de direito. Não apenas isso, mas ele exige que a herdeira fosse viver com os familiares, um filho e uma irmã. Estes deveriam tratá-la com o respeito merecido, tal como se também fosse filha do matrimônio. No entanto, aos olhos de D. Úrsula, a sobrinha não passava de uma intrusa.

Vicente, o criado da casa, por sua vez, atuava metaforicamente como advogado de Helena. Aparentemente era o único que a enxergava desde o início com bons olhos. O filho Dr. Estácio, certa vez, coloca-se a analisá-la com olhos de jurista. Neste ponto, pelo que se constata através de sua escrita, é notável uma grande familiarização por parte do autor com o linguajar jurídico:

Estácio examinou um por um todos os indícios de culpabilidade e de inocência; buscou sinceramente os elementos de prova; não esqueceu um só argumento de indução. Nesse trabalho despendeu longo tempo, sem resultado apreciável, pela razão de que, se a sentença era difícil de formular, o juiz era incompetente para decidir (ASSIS, (s/d), p. 69c).

Percebe-se que diversas terminologias utilizadas fazem parte de um vocabulário bem específico e isso também soma para confirmar o conhecimento aprofundado de Machado acerca do Direito. O excerto acima é carregado de locuções que resguardam entendimentos próprios da área. Um exemplo se trata da expressão “indícios de